



Ministros dizem no Congresso que governo não tem plano B

Nelson Barbosa, do Planejamento, e Joaquim Levy, da Fazenda, foram ouvidos na Comissão Mista de Orçamento sobre o pacote fiscal anunciado na segunda

Na reunião, Nelson Barbosa disse que “o governo só tem o plano A e está empenhado em aprová-lo”. E Joaquim Levy defendeu a CPMF como um tributo com menor impacto sobre a produção e a inflação. Parlamentares da oposição avaliaram que o encontro

não trouxe novidades. Já o relator do Orçamento, deputado Ricardo Barros, afirmou que as explicações ajudam a base do governo a defender as medidas.

O pacote prevê cortes de R\$ 26 bilhões nas despesas e crescimento de R\$ 40,2 bilhões na arrecadação em 2016 via impostos. **3**

Rose de Freitas coordena reunião que durou cerca de cinco horas, com Barbosa (E) e Levy (D)



Marcos Oliveira/Agência Senado

Dois acordos internacionais seguem para promulgação

Dois tratados internacionais firmados entre o Brasil e países africanos foram aprovados ontem pelo Senado. O primeiro é o texto revisado do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral. Foram corrigidos erros na tradução para o português do texto aprovado no Congresso em 2010. O relator, senador Ricardo

Ferraço, fez diversas críticas, tanto ao conteúdo do acordo quanto às falhas de tradução. O segundo é o acordo da exploração de serviços aéreos entre Brasil e Moçambique. O objetivo é que a adoção de um marco legal para o transporte aéreo entre os países fortaleça as relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação. **8**

Debatedores afirmam que prisão é banalizada no país

Em audiência no Senado, Valdirene Daufemback, uma das diretoras do Departamento Penitenciário Nacional, disse que o Brasil exagera no

número de prisões e que, por isso, a população carcerária do país, que hoje é a quarta mais numerosa, brevemente deverá se tornar a maior do mundo. **7**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Valdirene Daufemback (D) participa da audiência presidida por Donizeti (C)

Projeto define faixa etária para alunos de curso da Marinha **5**

Medida provisória aumenta limite do crédito consignado **2**

Encíclica papal sobre ambiente é oportuna, conclui debate **8**



Hasuani, Lasier e Galvão pedem volta de investimentos em segurança

Crise afeta defesa nacional, alertam especialistas

O contingenciamento feito pelo governo nos programas de defesa estão afetando a segurança nacional, segundo participantes de audiência. A proteção de fronteiras e o combate ao tráfico são alguns dos setores afetados pela crise. **5**

Plenário presta homenagem póstuma a senador Antonio Mariz **2**

Audiência aponta omissão do Estado

A Comissão de Direitos Humanos debateu a dificuldade de investigação da morte de Antônio Pereira de Araújo, em 2013, em Planaltina (DF), supostamente torturado e morto por policiais militares. O promotor de justiça do caso, irmãos

de Araújo e parlamentares disseram que o acesso a muitas informações foi dificultado por agentes de Estado e pelo corporativismo da polícia e destacaram que foi necessária a pressão da família para o andamento do caso. **6**

Comissão abordará dificuldades enfrentadas por missionário idoso **7**

Proposta dá voz ao Parlamento nas negociações com outros países **8**

Integração pode ser saída para defesa agropecuária

A possibilidade de integração das atividades de defesa agropecuária da União, dos estados, dos

municípios e do setor privado foi defendida ontem em audiência na Comissão de Agricultura. **4**

Homenageado foi prefeito, deputado constituinte, senador e governador da Paraíba. Durante a Assembleia Nacional Constituinte, político recebeu prêmio pelos trabalhos em defesa do cidadão



O senador Cássio Cunha Lima presta homenagem: Mariz foi "um homem à frente de seu tempo" que lutou pela democracia

Plenário lembra 20 anos da morte de Antonio Mariz

A TRAJETÓRIA POLÍTICA do paraibano Antonio Mariz, senador entre 1991 e 1994, foi lembrada ontem numa sessão especial do Senado pelos 20 anos de sua morte.

A homenagem foi solicitada pelo senador José Maranhão (PMDB-PB), que foi vice na chapa de Mariz para o governo da Paraíba nas eleições de 1994. Mariz morreu vítima de câncer em 1995, quando era governador do estado.

Em seu discurso, Maranhão lembrou o início da militância política de Mariz, que ocorreu no centro acadêmico da Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, onde estudava. Atuava como promotor de Justiça quando concorreu a seu primeiro cargo eletivo: a Prefeitura de Sousa (PB), em 1963.

O ingresso na política se deu pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do então

presidente João Goulart. Com o golpe militar de 1964, foi afastado do cargo de prefeito e obrigado a responder a um inquérito policial militar.

Na ocasião, um dos destaques da campanha de Mariz à prefeitura de Sousa, conforme lembrou Maranhão, foi o compromisso público de prestar contas de todo o dinheiro que entrasse e saísse dos cofres do município.

— A transparência foi uma marca da sua gestão. Por meio da Rádio Difusora Rio do Peixe, todos os dias prestava contas das despesas e receitas públicas — comentou Maranhão.

Prêmio

A integridade e a coerência foram características de Mariz destacadas pelo senador Raimundo Lira (PMDB-PB). A atuação na Assembleia Nacional Constituinte acabou rendendo a ele, conforme assinalou Lira,

o título de Constituinte nota 10 pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

— Isso foi o reconhecimento do trabalho em favor do cidadão brasileiro — comentou Lira, citando o apoio de Mariz à inclusão de direitos trabalhistas na Constituição de 1988, como a jornada de 40 horas semanais e o aviso prévio, e de direitos fundamentais que haviam sido derrubados durante a ditadura.

Colega constituinte de Mariz, o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) observou que, desde sua adesão à Arena, ele era uma voz dissonante no partido que sustentava a ditadura.

— Ele abria uma dissidência fundamental ao processo de abertura democrática. Era um homem à frente de seu tempo e sempre teve a firmeza para atitudes polêmicas. Tinha uma postura progressista na luta pela redemocratização.

Comenda Dorina Nowill será entregue na quinta-feira

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que será realizada na quinta-feira a cerimônia de entrega da Comenda Dorina de Gouvêa Nowill, dedicada a pessoas que tenham feito contribuições relevantes aos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. O evento acontecerá às 11h, no Plenário.

A edição 2015 premiará seis mulheres: a deputada federal Mara Gabrilli (PSDB-SP), tetraplégica, que foi a primeira secretária municipal da Pessoa com Deficiência em São Paulo e relatora do recém-sancionado Estatuto da Pessoa com Deficiência; a ex-deputada federal Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), que é parapléica, atual secretária da Mulher e dos Direitos Humanos de Alagoas e ex-presidente da Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas (Adefal); a socióloga Aracy Maria de Silva Lêdo, presidente da Federação Nacional

das Apaes; Maria Luiza Costa Câmara, ex-membro do Comitê Internacional de Mulheres com Deficiência; e as servidoras do Senado Loni Elisete Manica, assessora parlamentar especialista em educação de pessoas com deficiência; e Solange Calmon, criadora e apresentadora do programa *Inclusão*, da TV Senado.

Braile

Pela primeira vez desde a criação da comenda, a Gráfica do Senado imprimiu os convites para a cerimônia também em braile. Na ocasião, haverá entrega de exemplares do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A comissão responsável pela escolha das agraciadas é o Conselho da Comenda Dorina de Gouvêa Nowill, presidido neste ano pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA).

O conselho também decidiu homenagear *in memoriam* a própria Dorina. Ela perdeu

a visão aos 17 anos de idade. Numa época em que livros em braile eram raros, ela formou-se professora primária. Posteriormente, continuou os estudos na Universidade Columbia, nos EUA. Foi presidente do Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos (hoje União Mundial dos Cegos) e criou a Fundação Dorina Nowill, voltada para ajudar deficientes visuais. Ela morreu em 2010, aos 91 anos.

Integram o conselho, além de Lídice, os senadores Romário (PSB-RJ, vice-presidente), Ana Amélia (PP-RS), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Cristovam Buarque (PDT-DF), Eduardo Amorim (PSC-SE), Elmano Férrer (PTB-PI), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), José Agripino (DEM-RN), José Medeiros (PPS-MT), Lindbergh Farias (PT-RJ), Magno Malta (PR-ES), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Otto Alencar (PSD-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Senado recebe MP que amplia limite do crédito consignado

O senador Jorge Viana (PT-AC) leu ontem a Medida Provisória (MP) 681/2015, que amplia de 30% para 35% o limite do crédito consignado para incluir despesas com cartão de crédito. A medida tranca a pauta e deve ser votada até 26 de setembro para não perder a validade.

Hoje trabalhadores podem autorizar o desconto de contratos de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil (leasing) até o limite de 30% dos rendimentos, segundo a Lei do Crédito Consignado (Lei 10.820/2003).

Aprovada na Câmara na terça, a MP acrescenta cinco pontos percentuais só para despesas da fatura do cartão de crédito financiada junto à administradora, passando o total a 35% da remuneração. Ou seja, quem tiver dívida rolada no cartão de crédito poderá substituí-la pelo crédito consignado, que tem taxas bem menores.

A proposta foi aprovada na forma do projeto de lei de conversão de Valdir Raupp (PMDB-RO), que incluiu a possibilidade de saque por meio do cartão de crédito dentro do limite extra de 5%. Segundo ele, enquanto no crédito pessoal a média dos juros gira em torno de 6,5% e, nos cartões de crédito, 13,5% ao mês, o crédito consignado tem média de juros de 2% e 3% para trabalhadores da CLT, 1,7% a 3,3% para servidores públicos e 2,14% a 3,06% para aposentados e pensionistas do INSS.

O trabalhador poderá continuar a autorizar mais 10% do salário em convênios

com planos de saúde, farmácias, previdência privada e seguros. Mas, conforme regulamentações anteriores à MP, o cálculo do limite ocorrerá apenas depois de deduzidos da remuneração bruta outros descontos obrigatórios, como Imposto de Renda, pensão alimentícia, contribuição ao INSS. Aposentados e pensionistas do INSS também poderão ter aumento de limite para descontos referentes apenas ao pagamento de cartão de crédito: 35% de descontos, frente aos 30% atuais.

Em setembro de 2014, o Ministério da Previdência ampliou de cinco para seis anos o prazo de pagamento de empréstimo consignado para aposentados do INSS. Apesar da mudança, a Instrução Normativa 28/2008, do INSS, permite a consignação em folha de até 10% dos proventos para despesa com cartão de crédito.

Quanto ao servidor público civil federal, o Estatuto do Servidor (Lei 8.112/1990) remete a um regulamento os critérios para a consignação em folha, sem definir um percentual, que é fixado em 30% pelo Decreto 6.386/2008.

(Com Agência Câmara)



Valdir Raupp incluiu no projeto a possibilidade de saque em cartão

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Discursos
9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa do Senado.

DESBUROCRATIZAÇÃO Reunião
10h A comissão de juristas que vai avaliar propostas para desburocratizar a administração pública se reúne.

CRA Debate em Belém
14h A Comissão de Agricultura faz seminário em Belém sobre a cacauicultura. Foram convidados, entre outros, o governador do Pará, Simão Jatene, e os secretários de Desenvolvimento Econômico, Adnan Demachki, e de Desenvolvimento Agropecuário, Hildegardo Nunes.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211
Acompanhe: • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/ecidadania
 • **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a sessão plenária. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Em reunião com parlamentares, Joaquim Levy, da Fazenda, e Nelson Barbosa, do Planejamento, detalharam as medidas de ajuste no Orçamento e ouviram críticas da oposição

Governo não tem plano B, dizem ministros

O GOVERNO ESTÁ aberto a negociar as medidas do pacote de ajuste fiscal anunciado nesta semana, mas não tem plano B caso não sejam aprovadas no Congresso. A afirmação foi feita ontem pelos ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), presidida pela senadora Rose de Freitas (PMDB-ES).

— O governo só tem o plano A e estamos empenhados em aprová-lo — disse Barbosa.

O encontro, que foi restrito aos parlamentares e durou cerca de cinco horas, serviu para que os ministros detalhassem o pacote. As medidas preveem corte de R\$ 26 bilhões nas despesas do próximo ano e crescimento de R\$ 40,2 bilhões na arrecadação, via impostos.

O objetivo é reverter o déficit previsto de R\$ 30,5 bilhões no



Na Comissão de Orçamento, presidida por Rose de Freitas, Levy e Barbosa defenderam o pacote do governo e o deputado Ricardo Barros elogiou as explicações



Fotos: Marcos Oliveira/Agência Senado

Orçamento de 2016, garantir o cumprimento da meta de superávit primário, fixada em R\$ 34,4 bilhões, e ainda ter uma folga de R\$ 1,3 bilhão nas contas.

A maior parte das medidas precisa ser aprovada pelo Congresso para entrar em vigor, como a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Duas das propostas

afetam as emendas parlamentares ao Orçamento. O governo quer usá-las para compensar cortes na saúde e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Joaquim Levy disse que não há intenção de alterar as propostas antes da análise pelo Congresso.

— O que o governo está apresentando é uma combinação de políticas para trazer o Brasil para a retomada do

crescimento — declarou.

O ministro defendeu que a CPMF seja recriada e que vigore por quatro anos. Ele entende que o tributo tem menor impacto no setor produtivo e no processo inflacionário.

O líder do governo na CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), disse que o pacote é o norteador do debate, mas nada impede que o Congresso faça modificações. Deputados e se-

nadores da oposição criticaram as explicações dos ministros.

— Não teve nenhuma novidade — afirmou o líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO).

Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), “o ajuste é imprevidente e improvisado”.

— É o resumo da política econômica do governo Dilma. O relator-geral do Orçamento, deputado Ricardo Barros (PP-PR), elogiou a vinda dos ministros ao Congresso para explicar as medidas.

— O encontro auxilia os parlamentares da base do governo na sua argumentação, porque compreendem melhor o conjunto das medidas — disse.

Por sua vez, o deputado Jaime Martins (PSD-MG), primeiro-vice-presidente da CMO, destacou que a reunião “ajudou a reduzir a tensão” entre o Congresso e o governo e evidenciou as dificuldades que o Executivo terá para aprovar a CPMF.

(Com Agência Câmara)

Relator quer que emendas ao PAC fiquem livres de contingenciamento

O relator-geral do Orçamento de 2016, deputado Ricardo Barros, sugeriu ao governo que as emendas parlamentares direcionadas a projetos do PAC fiquem livres do contingenciamento no próximo ano. O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, ficou de analisar a proposta.

Uma das medidas de contenção de despesas anunciadas na segunda-feira é a

redução de R\$ 3,8 bilhões em obras do PAC. Como compensação, o Executivo sugeriu que o valor seja recomposto via emendas de deputados e senadores. Os parlamentares destinariam os recursos a projetos do PAC localizados nas bases políticas deles.

A princípio, cada parlamentar terá direito, no próximo ano, a R\$ 15,34 milhões em emendas. O valor somado

de todas elas corresponde a 1,2% da receita corrente líquida (RCL) da proposta orçamentária de 2016, que é de R\$ 759,45 bilhões.

Pelas regras das emendas impositivas, o governo só é obrigado a executar 1,2% da RCL apurada neste ano (2015), que só será conhecida no encerramento do exercício. Ou seja, há um valor para apresentação das

emendas (2016) e outro para a execução (2015). Entre os dois deve haver uma redução, pois a previsão é de que neste ano haja queda da RCL.

Conforme Ricardo Barros, a proposta que apresentou a Barbosa tem a vantagem de não onerar demasiadamente o governo, estimular a recomposição do PAC e garantir que as emendas parlamentares sejam executadas.

Rose destaca papel do Parlamento para ajuste fiscal

Rose de Freitas (PMDB-ES) disse que o Congresso precisa de mais informações para decidir sobre as propostas de ajuste fiscal. Por isso, considerou importante a reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) com os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa.

Presidente da CMO, Rose afirmou que as propostas, se aprovadas, exigirão mudanças no projeto do Orçamento de 2016. E destacou que o Parlamento tem papel relevante no ajuste fiscal:

— Esta Casa está diante de um impasse muito grande e tem a responsabilidade de se conduzir, carregando nas suas costas todos os compromissos que cada um expôs nas ruas para ajudar o país — afirmou a senadora.



Alvaro defende nova administração da dívida pública

Reforma administrativa e uma nova gestão da dívida pública são as duas medidas que Alvaro Dias (PSDB-PR) considera essenciais para o Brasil enfrentar a crise.

O governo federal, afirmou, tem mais de 757 mil servidores efetivos e quase 114 mil comissionados. Já a dívida pública, para ele, é o maior desafio do país. Este ano, disse, o governo deve gastar 47% do Orçamento com juros e amortização da dívida,

— É preciso encontrar uma nova estratégia de administração da dívida, porque o povo não suportará mais tributos.

Lasier cobra mais firmeza no combate à crise

Lasier Martins (PDT-RS) disse que o governo brinca com a população ao não adotar uma postura firme no combate à crise econômica. Isso ficou evidente, na opinião dele, depois que o governo anunciou cortes de despesas somente após o rebaixamento da nota de crédito do Brasil.

O senador ressaltou que o cenário fica pior quando a população percebe que o governo está envolvido em irregularidades na Petrobras e, por isso, não tem legitimidade para propor reformas. O momento exige um ato de grandeza, afirmou:

— A presidente perdeu a capacidade de liderar e o país se fragiliza, diante de uma economia dilacerada. Saber sair de cena talvez seja a grande contribuição que ela pode dar hoje ao Brasil.



Gleisi pede que parlamentar fique sem reajuste

Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu o ajuste fiscal anunciado pelo governo, afirmando que o pacote é concreto e corajoso. Como uma das medidas é a suspensão por seis meses do reajuste do funcionalismo, ela sugeriu que os parlamentares também tenham seus salários reduzidos entre janeiro e agosto de 2016. Lembrando que deputados, senadores e diversas autoridades receberam aumento de 26% no ano passado, ela propôs que todos fiquem sem esse aumento enquanto os servidores não receberem os reajustes.

Não é justo que trabalhador pague conta, avalia Beber

Dalírio Beber (PSDB-SC) fez críticas às medidas tomadas pelo governo para reagir à crise econômica. Para ele, não é justo “deixar a conta do desajuste fiscal” para os cidadãos. A elevação de impostos, avalia, só dificultará a retomada do crescimento.

— Quer-se impor um sacrifício para consertar os desacertos de anos de gestão irresponsável. Não é o momento de chamar mais impostos para pagar as contas da incompetência do governo. A conta não pertence aos trabalhadores. Não é justo que recaia sobre eles.

As medidas de ajuste são, disse o senador, um “recuo” e não devem evitar a retração do PIB. Para ele, o caminho certo é resgatar a credibilidade e fazer reformas estruturais.



Cristovam: governo é imprevidente e improvisador

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o Orçamento com déficit e o pacote de medidas fiscais mostram que, além de imprevidente, o governo também trabalha com improviso. De acordo com o senador, as medidas anunciadas pela presidente Dilma Rousseff não têm credibilidade, pois podem ser alteradas de um dia para o outro.

— O nome disso é improvisação para consertar a imprevidência. É trágico o país estar entre a imprevidência, com os erros, e a improvisação, para tentar corrigi-los.



Ariel Mendes, Tania Lyra, Luis Rangel, Dário Berger, Saraiva Júnior, Inácio Afonso Kroetz e Mário Augusto Ribas na Comissão de Agricultura

Defesa agropecuária pode ganhar novo modelo de trabalho integrado

Debatedores defenderam integração entre União, estados e municípios para fiscalizar a produção destinada ao país e ao exterior

A FORMA DE integrar as atividades da União, dos estados, dos municípios e do setor privado nos serviços de defesa agropecuária foi debatida em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Essa integração deverá tornar o trabalho mais eficiente e mais ágil para atender o aumento da produção e das exportações do agronegócio, apesar de os recursos públicos serem cada vez mais restritos.

A audiência foi sugerida por Dário Berger (PMDB-SC), relator da avaliação da política de defesa agropecuária.

No debate, o secretário substituto de Defesa Agropecuária do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Luis Rangel, defendeu a criação de um novo modelo, focado na regionalização dos serviços e na divisão de responsabilidades.

— Precisamos dar responsabilidade a quem produz. O setor público deve, na sua medida, garantir esse processo de segurança ao longo da cadeia e, ao final do processo, certificar, fazendo com que nossos produtos agropecuários ganhem o mundo — disse.

Ele defendeu fiscalização por amostragem, com base em conceitos estatísticos e no rigor científico. Waldemir Moka (PMDB-MS) citou a inspeção de abatedouros.

— É preciso ter um grupo ágil de fiscais fazendo auditoria permanentemente, mas o fiscal não precisa estar o tempo todo em cada estabelecimento. Acho improdutivo deixar um servidor lá, quando o interesse é de quem produz, para ter um produto de qualidade. Se quem produz for pego fazendo alguma coisa errada, você entra com a auditoria — opinou o senador.

A consultora da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Tania Lyra também considerou possível combinar inspeções privadas com a fiscalização dos órgãos públicos.

— A indústria pode fazer inspeção, mas tem que ter uma legislação muito clara, para que, havendo problema, tenha uma punição muito severa, no caso de uma auditoria federal — opinou

Segundo Rangel, o setor passa por um envelhecimento do quadro de servidores e deve ocorrer aumento de aposentadorias nos próximos anos. Hoje, informou, são cerca de 2,8 mil fiscais federais e 5,7 mil estaduais, apoiados por cerca de 50 mil profissionais privados capacitados, aptos a operar no sistema de defesa agropecuária.

No entanto, o presidente da União Nacional dos Fiscais Agropecuários (Unafa), Saraiva Júnior, apontou conflito de interesses na atuação de profissionais sem concurso público para atividades de fiscalização.

Ele afirma que a legislação em vigor define como atribuição do Estado a fiscalização agropecuária, de forma a zelar pela saúde pública.

— Será que terceirizando as atividades na inspeção, onde se exige fiscalização permanente com profissionais concursados, vai resolver, frente a todas as deficiências de estrutura e de recursos? — questionou.

Inspeção

Para a Confederação Nacional de Municípios (CNM), deveria ser autorizada a realização de inspeção por técnicos contratados pelas agroindústrias, ficando a fiscalização como atribuição exclusiva do poder público. Mário Augusto Ribas, representante da CNM, disse que a medida ajudaria a dinamizar a economia local.

— Os municípios não têm mais dinheiro para contratar veterinários para colocar nas agroindústrias, que podem crescer cada vez mais. A União não contrata, o estado não contrata e repassa tudo para o município, que não tem condições de contratar. Não podemos criar despesa sem termos a receita — afirmou.

O represamento de demandas do setor produtivo pela falta de fiscais agropecuários também foi apontado

por Acir Gurgacz (PDT-RO) e Donizeti Nogueira (PT-TO), que relataram dificuldades em seus estados.

Para Inácio Kroetz, presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária, é preciso ampliar a visão de parceria.

— O produto de Rondônia pode ser consumido no Rio Grande do Sul e vice-versa, com a mesma segurança. E somos agentes de saúde pública também — frisou.

Já o setor produtivo apontou problema na estrutura para realização de exames exigidos na legislação. Ariel Mendes, da Associação Brasileira de Proteína Animal, disse que laboratórios credenciados realizam apenas um quarto dos cerca de 40 mil testes demandados mensalmente pelo segmento de aves e suínos. O problema, segundo Rangel, também ocorre na exportação de frutas, por exemplo.

— Na exportação de banana, que não tem processo de certificação, o cara não consegue exportar do Norte porque o laboratório fica no Sul. Entra aí a questão da regionalização — opinou.

Ao final do debate, Dário Berger disse considerar a defesa agropecuária vital para o agronegócio e para a economia do país, essencial para a segurança alimentar dos consumidores e sustentabilidade da atividade rural.

— Eu sonho com o dia em que a gente não precise de fiscalização na porta do estabelecimento, pois é uma obrigação do produtor, que deve ter grau elevado de consciência — observou.

Comissão debate a cultura do cacau no Pará

A Comissão de Agricultura reúne-se hoje em Belém para discutir o papel da cacauicultura, especialmente quanto à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente e sistema tributário. A audiência, sugerida por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), será às 14h, no Hangar Centro de Convenções da Amazônia, como parte do 3º Festival Internacional do Chocolate e Cacau da Amazônia.

Foram convidados o governador do Pará, Simão Jatene; os secretários estaduais de Desenvolvimento Econômico, Adnan Demachki, e Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca,

Hildegardo Nunes; o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará, Carlos Fernandes Xavier; e o reitor da Universidade Federal Rural da Amazônia, Suelo Numazawa. Também devem participar Helinton Rocha, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac); Guilherme Moura, da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau do Ministério da Agricultura; Walter Tegani, da Associação das Indústrias Processadoras de Cacau, e Ivan Ferreira, do Sindicato dos Produtores Rurais de Medicilândia (PA).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Simone pede que subvenção agrícola não sofra cortes

Simone Tebet (PMDB-MS) pediu que o governo federal reveja o corte na política de subvenção agrícola que faz parte das medidas destinadas a equilibrar o Orçamento da União de 2016.



Jefferson Rudy/Agência Senado

A senadora afirmou que o corte atinge em cheio a política de garantia de preço mínimo do agricultor, cujo montante era de R\$ 1,7 bilhão, mas que ficará reduzida a R\$ 600 milhões.

Para Simone, é importante que o valor total previsto anteriormente conste do Orçamento, mesmo que esses recursos não sejam utilizados.

É que, conforme explicou, trata-se de uma garantia para o agricultor, que não sabe se no ano que vem conseguirá comercializar seus produtos recebendo ao menos o que foi gasto na produção.

— O ano que está por vir, nós não sabemos como será para o homem do campo, porque não tem nenhuma atividade mais arriscada do que a agricultura. Nós precisamos do homem do campo protegido por políticas públicas como a política de garantia do preço mínimo, porque ele corre muitos riscos — disse a senadora, citando a volatilidade e a especulação do mercado, as pragas e o clima.

Rondônia cresce 7% ao ano em média, destaca Valdir Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) ressaltou os resultados da economia de Rondônia, que tem crescido em média 7% ao ano, graças especialmente à agricultura, à pecuária e à piscicultura.

— Com esse desempenho, Rondônia foi o estado que teve a maior queda do endividamento público no primeiro semestre do ano — afirmou.

O senador disse que na agricultura rondoniense destacam-se a soja, o café e o cacau. A produção de soja deve crescer 20% este ano, chegando a 730 mil toneladas. O estado tem 13 milhões de cabeças de gado e as exportações de carne em 2013 foram de US\$ 600 milhões. A produção de peixes também vem crescendo, subindo de 10 mil toneladas em 2012 para 80 mil toneladas em 2014.

Raupp citou o desempenho da indústria, que deve crescer cerca de 2% em 2015, apesar da crise.

— Mesmo com dificuldades relacionadas à logística e ao alto custo da energia, nosso estado tem mostrado que é possível crescer num cenário adverso como o que vem apresentando o Brasil. O povo rondoniense vem demonstrando que, com trabalho, inteligência e perseverança, é possível vencer a crise.

Para ele, o desempenho positivo se deve ainda a práticas do governo local, como recuperação de terras degradadas para produção de alimentos.

Especialistas e senadores destacaram, em debate ontem, que a área vem perdendo incentivos e que projetos como o de monitoramento de fronteiras estão estagnados

Debate alerta para efeitos da crise na defesa

A DEFESA BRASILEIRA passa por um momento de “grandes incertezas” devido ao contingenciamento feito pelo governo em todos os programas do setor. A declaração é do presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde), Sami Hassuani, que ontem participou de debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Para o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que sugeriu a audiência, a área foi bastante incentivada pelo governo a partir da gestão do ex-ministro Nelson Jobim (2005–2011), mas agora sofre as consequências da “irresponsabilidade fiscal em todas as áreas”.

— São centenas, milhares de empresas que acreditaram nesses projetos e agora estão na mão. Esse é um setor, com a exceção dos grandes exportadores, que depende essencialmente de um cliente único: o governo — disse Ferraço.

Hassuani confirmou que a cadeia produtiva ficou bem mais dinâmica a partir da prioridade dada pelo governo desde 2003. O setor caminhou “muito bem” até meados de 2013, mas as restrições fiscais criadas ameaçam o “muito do que foi desenvolvido nestes últimos anos”.

— A gestão do conhecimento não é como a área mineral ou petrolífera. Se há descontinuidade, impera a obsolescência tecnológica e a perda de mercado e de recursos humanos — alertou



Senador Lasier Martins (C) e Galvão ouvem Hassuani, para quem contingenciamento do governo traz incertezas para área

Hassuani, lembrando que “o conhecimento não volta e muitas empresas podem falir”.

Ele disse que as únicas companhias que não estão em crise são as grandes exportadoras, como a Embraer e a Avibras. Por isso, pediu ao Congresso que priorize a área na votação do Orçamento para o ano que vem.

Ferraço afirmou que prepara, com a relatoria da política pública da defesa para este ano, uma nova versão do *Livro Branco de Defesa Nacional*, a ser apresentado pelo Senado.

Estagnação

O senador se disse “assustado” com o fato de o atraso em programas como o de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) não provocar indignação. Ele destacou também o papel de investimentos nessa área para a geração de empregos e renda, além do

ganho em segurança pública.

— Se priorizarmos o combate ao tráfico e outros crimes já nas fronteiras, isso aliviará a carga nas grandes cidades — disse Ferraço, lembrando que grande parte da droga vendida no Brasil é produzida fora.

O economista Renato Galvão, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), também se disse preocupado com a estagnação no Sisfron e no Prosub.

Galvão sugeriu que o Congresso flexibilize algumas exigências que as empresas estatais precisam cumprir e que acabam por dificultar o dinamismo de sua atuação e a inserção nos mercados.

O economista considera “inevitável” que o setor também sofra com a crise, pois a Defesa “não pode e não deve” ser vista como algo descolado do restante do país.

Lembrou que alguns dos grandes exemplos de sucesso da indústria bélica, como os tanques Urutu e Cascavel,

nasceram de projetos simples, porém muito bem concebidos e executados.

Investimentos

Ferraço defendeu maior investimento em defesa, comparando os gastos nacionais no setor (3,7% do produto interno bruto) com os da França (15% do PIB). Esse aumento traria bom retorno econômico, disse Said Hassuani, que mostrou aos senadores estudo da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe), ligada à Universidade de São Paulo, demonstrando o impacto positivo da cadeia produtiva do setor.

O estudo demonstra que a cada R\$ 10 milhões investidos em alta tecnologia na área, há um impacto da ordem de R\$ 18,6 milhões, com 175 empregos diretos. Em relação aos efeitos indiretos, haveria ganhos de R\$ 33,4 milhões, com 352 novos postos de trabalho e um grande impacto no PIB.

— Cada real investido na defesa gera R\$ 10 em exportações. Isso é verificável — disse Hassuani.

Ele ressaltou que o que mais “assustou” o ex-ministro da Fazenda Delfim Netto e os demais economistas que avaliaram o estudo foi o fato de se estar gastando bem mais no país em segurança privada do que na defesa nacional.

— Uma quantidade enorme de jovens fazendo a segurança de empresas, empresários e políticos, em vez de estarem alocados para o setor produtivo da economia — ressaltou, admitindo que isso só se dá devido à falência da segurança pública.

Já Galvão não vê como certa a suposição de que a retomada dos investimentos gerará grandes ganhos em exportação, mas observou que o país exporta menos do que pode, por isso deveria dar mais atenção aos mercados sul-americano e africano.

Segundo o Ministério da Defesa, o Brasil já ocupou o oitavo lugar no mercado mundial de produtos de defesa, que movimenta, por ano, cerca de US\$ 1,5 trilhão.

— Esse é um mercado muito competitivo e alguns grandes países têm diminuído seus orçamentos.

Galvão defendeu ainda o estabelecimento de parcerias inteligentes com outras nações e disse que hoje sai bem mais barato importar diversos insumos do que produzi-los aqui.

— Quem alimenta a defesa hoje é a indústria civil.

Proposta altera idade para ingresso na Marinha Mercante

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem projeto originário do Executivo que inclui requisitos para ingresso no ensino profissional marítimo, entre eles a previsão de idade mínima de 17 anos e máxima de 23. Sob a responsabilidade do Comando da Marinha, os cursos formam profissionais para as escolas de formação de oficiais da Marinha Mercante.

Já aprovado pela Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 120/2015 tramita em regime de urgência. O exame da proposta é feito simultaneamente na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde a votação será na próxima semana. Depois, haverá deliberação final em Plenário.

O projeto altera a lei que disciplina o ensino profissional marítimo (7.573/1986). Entre os requisitos para ingresso nos cursos de formação, está a previsão de idade mínima de 17 anos e a máxima de 23 anos. Até então, esse requisito era estipulado nos editais dos concursos, o que vinha motivando ações judiciais questionando as



Objetivo do projeto é fixar em lei critério que antes só era exigido em editais, causando polêmica

restrições etárias fixadas.

O relatório, apresentado pelo senador Lasier Martins (PDT-RS), cita a restrição etária como o ponto mais importante na exposição de motivos que acompanha o projeto. No texto, argumenta que o critério da idade está associado “às expectativas da carreira dos profissionais e à dura rotina a que estarão submetidos a bordo de navios

no mar”.

Lasier reconhece que as exigentes tarefas atribuídas aos profissionais aquaviários tornam obrigatórias uma formação consistente e a contínua atualização. Por isso, considera necessário dispor de mecanismos legais que garantam a efetividade das ações de ensino.

Entre os demais requisitos citados

no projeto, estão a comprovação de ensino médio completo e aprovação em teste de aptidão física, em avaliação psicológica e em inspeção de saúde.

O texto define ainda que caberá à Diretoria de Portos e Costas do Comando da Marinha a supervisão funcional e a fiscalização das organizações navais e das instituições externas à Marinha credenciadas para o ensino.

Na Câmara, a proposta recebeu duas emendas, uma delas para permitir o ingresso de estrangeiros nos cursos de formação, mediante autorização do Comando da Marinha. Nesse caso, sem possibilidade de transferência ao quadro de oficiais da reserva.

Outra emenda foi feita para adequar empresas de navegação à exigência de contratação de pessoas com deficiência dentro da cota estipulada pela Lei 8.213/1991. Segundo a emenda, os marítimos que exercem atividades embarcadas (dentro do navio) não contarão para a aplicação da cota, que varia conforme o total de empregados.

Na CRE, foram apresentadas duas emendas, mas apenas para aperfeiçoamentos de redação.

Irmãos de auxiliar de serviços gerais encontrado morto após abordagem da PM relatam dificuldades de investigação de casos em que o Estado pode ter se omitido

Família aponta omissão após violência policial

O ESTADO DIFICULTA a investigação quando é suspeito de omissão, segundo os familiares de Antônio Pereira de Araújo, desaparecido em 2013, em Planaltina (DF), supostamente torturado e morto por policiais militares.

O caso foi tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Antônio de Araújo era auxiliar de serviços gerais e desapareceu em maio de 2013, quando tinha 32 anos, depois de ter sido abordado por policiais militares na região de Planaltina. O corpo foi encontrado quase seis meses depois, em uma área de matagal. Até então, o caso estava sendo investigado na Divisão de Repressão a Sequestros e era tratado como desaparecimento. A partir daí, foi transferido para a Coordenação de Homicídios.

O sepultamento só ocorreu em julho deste ano. A ossada passou mais de um ano e meio no Instituto Médico Legal (IML), por decisão da família, como forma de protesto pela demora na investigação.

Com as cobranças da família, a investigação mudou de rumo. Em maio, a polícia civil concluiu que Antônio morreu vítima de hemorragia interna, causada por chutes pelo corpo. Dois policiais militares foram indiciados e, no início de julho, o Tribunal de Justiça aceitou denúncia contra eles.

O irmão de Antônio, Maurício Pereira de Araújo, disse que os policiais “nunca zelaram pela condição de Antônio, que não foi conduzido a um hospital”.

Segundo Maurício, a família foi avisada sobre a abordagem policial uma hora e meia depois de Antônio ter ido para a delegacia. Depois de deixar o local, acrescentou, o irmão “misteriosamente desapareceu”. Quando a família foi à delegacia indicada, não havia registro de quem havia feito a abordagem.

Maurício contou que, sobre o irmão, pesava a suspeita de um furto. No momento da abordagem, porém, Antônio



Marcelo da Silva Oliveira, Ana Rita, Regina Sousa e Maurício Pereira de Araújo em audiência na CDH que analisou circunstâncias da tortura e morte de trabalhador

estava “só de bermuda, sozinho, sem portar nenhum objeto”. Essa situação, ponderou, não condiz com uma atitude de quem tenha roubado alguma coisa.

— Antônio foi chamado pela polícia de “andarilho” e “um zé”. Foi massacrado por ser de uma classe social mais baixa. Ele foi humilhado e desrespeitado — lamentou.

Maurício ressaltou que o acesso a informações, como o registro de localização de viaturas da polícia militar na região de Planaltina, foi dificultado. Ele contou que “o Estado criou” uma ficha hospitalar, com o intuito de apontar que Antônio estava vivo. Testemunhas na região do Entorno do DF também afirmaram que tinham visto Antônio vivo, disse. Mas quando o corpo foi encontrado, essa história “caiu por terra”.

O irmão da vítima ainda lamentou o fato de a família ter sido acusada de procurar mídia e buscar dinheiro de indenização.

— Infelizmente, o que aconteceu com Antônio acontece todo dia nas cidades-satélites do Distrito Federal, acontece nas favelas do Rio de Janeiro. Imagine ao que ele foi submetido para ter quatro costelas quebradas! Fui atrás dos direitos da minha família para evitar que aconteça com

outras o que aconteceu conosco — declarou.

Silvestre Pereira Araújo, também irmão de Antônio, disse que a família foi ameaçada e desencorajada a procurar pelo corpo e a lutar pelas investigações. Ele lamentou o fato de o irmão não ter tido tempo de conhecer a sobrinha mais nova.

— Enquanto eu respirar, vou lutar pelo meu irmão e por todos que passaram pela mesma situação triste — afirmou Silvestre.

Tortura

O promotor de Justiça Marcelo da Silva Oliveira, membro do 2º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, fez um relato do andamento das investigações e apontou que a tese é de “tortura seguida de morte”.

Oliveira criticou o corporativismo da polícia e de outras instituições e afirmou que o acesso a muitas informações é dificultado por alguns agentes de Estado. Disse, porém, que o relato “mais humano e verdadeiro” sobre o caso é o de Maurício, por ser da família.

— Destaco o envolvimento da família nesse caso. Não é o ideal, mas a investigação só andou por conta da postura da família — afirmou o promotor.

Parlamentares elogiam atitude dos parentes da vítima e pedem justiça

A deputada federal Érika Kokay (PT-DF), que acompanha as investigações, disse que “nunca viu tanto desprezo” com um caso, como foi o de Antônio de Araújo. Ela apontou que o todo o caso foi “cruel”, já que a “a fala da família foi muitas vezes desprezada”.

Érika também registrou que integrantes da Secretaria de Segurança se referiam à família da vítima como “uma família difícil, que nos perturba”.

— Antônio foi torturado e liberado sem atendimento médico. Deve ter saído andando e veio a falecer. Quero parabenizar a família, que soube enfrentar o Estado com muita coragem, dignidade e determinação — declarou a deputada, que defendeu o fim dos autos de resistência e cobrou justiça.

A senadora Regina Sousa (PT-PI), autora do requerimento para o debate, presidiu a audiência. Ela disse que a reunião tinha um misto de tristeza, pela perda de Antônio, com um sentimento de esperança, pela luta de familiares “que não se dobraram ante as ações do Estado”.

Segundo a senadora, a

esperada condenação dos policiais produz “algum alento” para o senso de justiça. Ela lembrou que, em 2013 e 2014, a CDH acompanhou o caso e contribuiu com o desfecho da história, com a constatação da morte de Antônio.

— Ele passou pela tortura que mata. Essa ação é herança da ditadura militar. Que nenhum caso como esse volte a ser praticado pela polícia brasileira — afirmou.

A ex-senadora Ana Rita, que presidia a CDH na época do caso, reconheceu a firmeza e a determinação da família, que “não sossegou” até que o corpo fosse encontrado. Na opinião dela, a mudança no rumo da investigação só ocorreu por conta da insistência da família.

Ana Rita disse que o Estado foi inoperante e preconceituoso, pois não deu o tratamento adequado ao caso, tentando até desqualificar as informações dos familiares de Antônio Araújo. Para a ex-senadora, o Estado precisa ser penalizado pelo ocorrido.

— Em nome dessa família, o Estado precisa ter outra postura, tratando as pessoas com respeito. A justiça precisa ser feita — cobrou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Brasil prende demais, diz diretora do Departamento Penitenciário

Segundo Valdirene Daufemback, país deverá passar da 4ª colocação para a 1ª entre as nações com maior população carcerária

O BRASIL ESTÁ num ritmo de encarceramento sem precedentes mundiais. O alerta foi dado por Valdirene Daufemback, uma das diretoras do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), que participou ontem de audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O país é o quarto no ranking de nações com maior número de presos, atrás dos EUA, da China e da Rússia. Entretanto, os três líderes diminuíram as populações prisionais entre 5% e 13% nos últimos anos, enquanto aqui houve um acréscimo de 33%.

— Banalizamos por completo o uso da prisão. Estamos num movimento de superencarceramento sem precedentes. É o país no qual mais cresceu o número de presos. Daqui a 50 anos teremos o primeiro lugar — disse.

Segundo ela, é preciso agora pensar num mecanismo para trazer tanta gente presa de volta ao convívio social.

— Precisamos falar disso, pois existe uma corrente mundial tentando dizer que esse caminho não está funcionando. Não garante preceitos de segurança e paz social. Hoje no país há esse mito de que justiça se iguala a prisão — argumentou Valdirene, após lembrar que no primeiro semestre de 2014 o Brasil ultrapassou a marca de 600 mil presos.

Para Donizeti Nogueira (PT-TO), se

não houver mudança, o país continuará desperdiçando oportunidades de socialização e “amontoando pessoas”:

— É muito simples pensar que vamos gerar segurança trancando mais gente, inclusive menores, com essa proposta de redução da maioridade penal. É preciso humanização do sistema prisional.

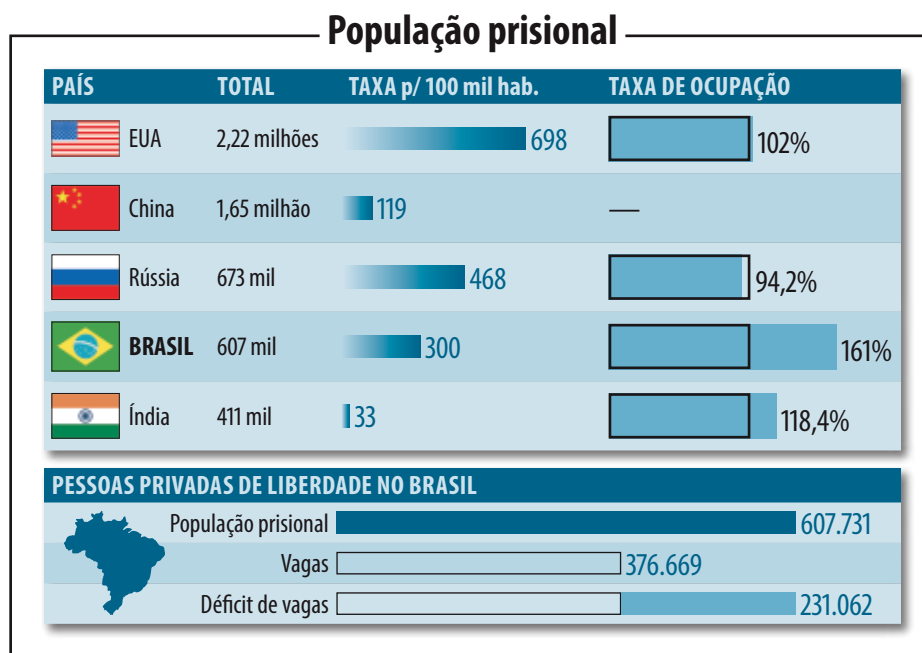
Livro

A reunião da CDH marcou também o lançamento do livro *Liberdade atrás das Grades — pedagogia social, política pública e cultura de paz*, de Dalila Lubiana, que relatou experi-

ências voluntárias com presidiárias no Espírito Santo.

Por meio de práticas de relaxamento, ioga, meditação e dinâmicas de grupo, ela disse que conseguiu levar um pouco de tranquilidade a centenas de detentas capixabas. Constatou-se, segundo relatou, mudança de comportamento e melhora das condições psicológicas das presas, permitindo-lhes enfrentar melhor a vida no cárcere.

A ex-senadora Ana Rita elogiou a iniciativa da escritora e disse que esse trabalho não deveria ser voluntário, mas uma política pública.



Viana comemora decisão do STF contra doação empresarial

Jorge Viana (PT-AC) comemorou a “decisão histórica” do Supremo Tribunal Federal que declarou inconstitucional a doação empresarial a campanhas eleitorais. Para ele, os ministros do Supremo mostraram sintonia com o sentimento da população, pronunciando-se em defesa da democracia e do resgate da confiança na política.

— O que fazer para resgatar a confiança da sociedade na atividade política, na vida partidária? Moralizar, dar transparência, tirar o poderio econômico das eleições, a influência do desequilíbrio nos pleitos. Foi isso que o Supremo fez — afirmou o senador.

Viana afirmou que os escândalos de corrupção são estreitamente vinculados às contribuições de empresas a candidatos. Ele disse que o PT cometeu o erro de receber doações empresariais para suas campanhas e está pagando por esse erro, mas observou que o partido procedeu da mesma forma que outras legendas.

Viana disse esperar mais avanços da reforma política, de modo que a disputa eleitoral priorize as propostas “e não a conta bancária”.

Randolfe saúda o Supremo pelo fim do financiamento privado

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) comunicou que o Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento de ação ajuizada pela OAB questionando a constitucionalidade das doações empresariais para campanhas eleitorais.

O senador informou que oito ministros votaram pela inconstitucionalidade das doações de empresas.

— Hoje passa a ser uma data histórica. As empresas passaram a ser banidas do financiamento de campanhas e passa-se a compreender que o titular de direitos, o cidadão, é quem tem que decidir as eleições.

Vanessa: postura dos políticos na campanha precisa mudar

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou alguns opositoristas por serem favoráveis ao financiamento empresarial. Ela afirmou que, se isso não mudar, todos os políticos continuarão suspeitos de defender interesses das empresas nos Poderes Legislativos ou como administradores do país, de estados e de municípios.

— Em 2010, o gasto total de campanha foi de R\$ 800 milhões. Em 2014, R\$ 5,1 bilhões. É isso que eles querem manter. E 95% desses recursos provêm de poucas empresas, a grande maioria citada na Lava-Jato.



Dalila Lubiana (C) e a diretora do Departamento Penitenciário Nacional Valdirene Daufemback participam da audiência pública, presidida por Donizeti

Audiência debate situação de ministros de confissão religiosa

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz na segunda-feira audiência pública para discutir a situação dos ministros de confissão religiosa idosos no Brasil.

Em requerimento para a audiência, Telmário Mota (PDT-RR) explicou que a liderança religiosa, exercida na orientação espiritual e na condução de comunidades, cultos e ritos de fé, é atividade de absoluta abnegação. O senador disse que é comum os missionários religiosos abrirem mão da vida pessoal e profissional para se

dedicarem ao próximo.

— Resulta então que, em idade avançada, muitas dessas pessoas se veem desamparadas da previdência oficial, que constitucionalmente é de caráter contributivo. A audiência pública servirá de espaço para que as entidades religiosas relatem o tratamento dado por elas aos seus missionários idosos — disse.

Foram convidados para a audiência o diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência, Emanuel

de Araújo Dantas; o presidente da Associação de Missões Transculturais Brasileiras, missionário Cassiano Batista da Luz; e representantes da Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (Cimeb) e de religiões de matriz africana.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Plenário aprova dois tratados internacionais

Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral tem texto com erros de tradução corrigidos. Voos para Moçambique ganham regras

O PLENÁRIO APROVOU dois tratados internacionais firmados entre o Brasil e países africanos: o texto revisado do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (PDS 339/2015) e o acordo da exploração de serviços aéreos entre Brasil e Moçambique (PDS 210/2015).

Foram descobertos erros de tradução para o português depois de o Acordo de Comércio Preferencial ter sido aprovado pelo Congresso em 2010. A correção foi feita no Projeto de Decreto Legislativo 339/2015, o que não causou mudança nas cláusulas. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a correção era necessária para evitar problemas na implementação do acordo.

A União Aduaneira da África Austral, com quem foi firmado o acordo, é constituída por cinco países do sul do continente africano — África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. Serão beneficiados com tarifas reduzidas produtos agrícolas, plásticos, químicos, têxteis, ferramentas, automóveis, produtos de siderurgia, eletroeletrônicos



Jorge Viana preside a sessão que aprovou os dois projetos relacionados por Ricardo Ferraço, que seguem para sanção

e bens de capital com origem no Mercosul.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que assumiu a relatoria no lugar de Tasso Jereissati (PSDB-CE), fez diversas críticas, tanto ao conteúdo do acordo quanto às falhas de tradução.

Demora

No primeiro caso, ele argumentou que seria melhor um acordo de livre comércio, em vez de um acordo de preferência — que apenas reduz percentuais de cobrança do Imposto de Importação sobre os produtos.

Ferraço também lamentou a demora na identificação

das falhas de tradução e no processo de análise do tratado.

— Por que a tramitação de um acordo, supostamente vantajoso para o país, atrasou tanto, de 2009 a 2015, sem que os setores empresariais envol-

vidos buscassem acelerar sua aprovação?— indagou.

Para ele, o “misto de falhas e desinteresse empresarial”, demonstração de “inércia das partes”, levanta dúvida sobre os reais benefícios a serem

alcançados pelo acordo.

— Que tenhamos aprendido a lição e torçamos para que este instrumento, apesar das falhas e atropelos, produza o benefício esperado — concluiu.

O acordo também fixa regras comerciais específicas, salvaguardas, solução de controvérsias, medidas sanitárias e fitossanitárias e cooperação aduaneira.

Segundo a justificativa do Itamaraty, o Mercosul ofereceu preferências de comércio em 1.052 linhas tarifárias contra 1.064 oferecidas pela União Aduaneira da África Austral. As margens são de 10%, 25%, 50% e 100% na compra dos produtos enquadrados nas linhas tarifárias.

Serviço aéreo para Moçambique tem marco legal

O segundo acordo aprovado, o PDS 210/2015, reconhece a importância do transporte aéreo para o fortalecimento das relações de amizade, o entendimento e a cooperação entre os povos do Brasil e de Moçambique, ao mesmo tempo em que contri-

bui para o desenvolvimento da aviação civil internacional.

Assinado em Brasília em 2010, o acordo passou pelo Executivo e pela Câmara antes de chegar ao Senado. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a adoção de um marco legal para a

operação de serviços aéreos entre os territórios do Brasil e de Moçambique contribuirá para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação.

Os dois acordos vão à promulgação.

Congresso pode ter participação maior nas negociações do país

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai analisar o substitutivo da Câmara a projeto do ex-senador Eduardo Suplicy que define os objetivos e métodos da participação do Brasil em negociações comerciais com outros países. Pelo texto (SCD 1/2014), elas devem sempre servir de instrumento de desenvolvimento socioeconômico para o país.

Deve-se ainda buscar a redução das barreiras que impedem a penetração dos produtos brasileiros no mercado externo, como a redução dos subsídios à produção e à exportação de produtos agrícolas e o combate à pirataria.

A proposta, um dos itens da

Agenda Brasil, determina também que seja dada preferência a negociações em foros multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Também incumbe o Congresso de avaliar todas as etapas das negociações, por meio das comissões ou de missões.

Com isso, o Legislativo deixa de apenas homologar as decisões do Executivo sobre negociações internacionais e pode, inclusive, convocar integrantes do governo e realizar audiências.

A proposta segue para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores (CRE).

Iniciada análise de indicação de embaixador para a Tunísia

A Comissão de Relações Exteriores iniciou a análise da indicação do diplomata José Estanislau do Amaral Souza Neto para o cargo de embaixador na República da Tunísia. O relatório foi lido e agora a comissão marcará data para sabatina do indicado.

Souza Neto ingressou na carreira diplomática em 1983, depois de admissão no curso preparatório do Instituto Rio Branco, vinculado ao Minis-

tério das Relações Exteriores. Nascido na capital paulista, em 1956, ele formou-se em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

A Tunísia é um país da região do Magrebe, na África do Norte. Possui cerca de 11 milhões de habitantes e território de 163,6 mil quilômetros quadrados. O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia, em 1956.

Encíclica papal sobre ambiente deve influenciar COP-21

A encíclica do papa Francisco dedicada ao meio ambiente, divulgada em junho, chega em momento oportuno para a comunidade internacional, às vésperas da Conferência do Clima (COP-21) das Nações Unidas. Isso ficou evidente ontem durante audiência pública conjunta das Comissões de Mudanças Climáticas (CMMC) e de Meio Ambiente (CMA), proposta por João Capiberibe (PSB-AP).

Na encíclica *Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum*, o papa reconhece o consenso científico sobre a responsabilidade humana nas alterações climáticas e pede “ações decisivas, aqui e agora” para conter a degradação ambiental.

A COP-21, que começa em novembro em Paris, deverá fixar metas para redução da emissão de gases do efeito estufa. Para o presidente da

CMMC, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), a “encíclica verde” pode influenciar líderes mundiais:

— Ao contrário do acordo firmado em Kyoto, que especificava as metas para um conjunto de cerca de 40 países, o de Paris terá as características de um pacto global, e envolverá mais de 190 nações. O documento está formando a opinião de diversos líderes.

Para o jornalista Washington Novaes, o papa apoia no texto uma visão de que o mundo vive crise não apenas ambiental, mas de “padrão civilizatório”:

— Nossos modos de viver hoje não são compatíveis com as possibilidades do planeta. Jorge Viana (PT-AC) concordou e defendeu um novo modelo de desenvolvimento, capaz de conciliar as atividades humanas com o crescimento da economia:

— Nosso modelo de produção e consumo se esgotou.

No documento, o papa estabelece uma relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta, conforme observou o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin:

— A encíclica fala da crise ecológica única e global, mas que produz efeitos diferentes, atingindo mais os pobres.

Para o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Leonardo Steiner, a carta adverte que a pauta ambiental deve se tornar prioridade internacional.

O vice-presidente da CMMC, deputado Sarney Filho (PV-MA), destacou a força da bancada ruralista e disse que o Congresso tem aprovado leis que fragilizam a proteção ao meio ambiente, agindo na contramão do que pede o papa.



Novaes, Benjamin, Bezerra, dom Steiner e deputado Sergio Souza no debate: carta do papa vem em momento oportuno